

Anais da Assembléia

CURITIBA, TÊRÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Ata da 2.^a Sessão Ordinária — Realizada em 4 de Abril de 1972 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Lossó, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério e Wilson Brandão (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

— Sob o nr. 64-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nr.:

130-70: — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visava criar duas Inspeções Regionais de Ensino, sediadas em Rondon e Cidade Gaúcha, incluindo no art. 6.º, da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, os cargos de provimento em comissão que especifica. — A C.C.J.

— Sob os nrs. 51, 50, 49, 48, 47, 46, 45, 44 e 43-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nrs.:

440-68: — Do Senhor Ex-Deputado Amadeu Puppi, que visava conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), a Etelvina da Cruz Marcondes. — A C.C.J.

37-71: — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que visava conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Palmiro Ferreira Borges. — A C.C.J.

61-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Sílvio Barros, que visava a doação de um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores de Maringá, correndo as despesas à conta de dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1970. — A C.C.J.

81-70: — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visava estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada ligando Campo Mourão-Araruama-São Lourenço e Cianorte. — A C.C.J.

29-71: — Do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que visava transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Seretanópolis, em um trecho aproximado de 30 quilômetros. — A C.C.J.

10-71: — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que visava a criação da Fundação Educacional de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, na sede do Município do mesmo nome. — A C.C.J.

106-70: — Do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes, que visava celebrar convênio através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Itapua, do referido Município. — A C.C.J.

233-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, que visava doar ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção, um Pósto de Pecuicultura, um terreno com área de 1.680,00m². — A C.C.J.

193-70: — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que visava criar uma Circunscrição de Trânsito no Município de Mandaguari, com jurisdição nos Municípios de Jandaia do Sul, Cambira, Marumbi, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Itambé e Marialva. — A C.C.J.

— Sob o nr. 346-71, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia de informação prestada pela Comissão Consultiva do Imposto de Circulação de Mercadorias, em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado João Mansur. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Dos Senhores Raul Viana, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Florival Xavier Costa, Presidente da Câmara Municipal de Jardim Alegre, Dr. Lourival de Moura, Presidente da Câmara Municipal de Astorga, Francisco Soczek, Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, Milton Grossi, Presidente da Câmara Municipal de Piên, Fernando B. Parés, Presidente da Câmara Júnior de Curitiba, Paulo Vieira de Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Félenon W. Moreira, Presidente da Câmara Municipal da Lapa e Joaquim Ferreira Lobo Nene, Presidente da Câmara Municipal de Telmaco Borba, todos enviando sentidas condolências, quando do infausto passamento do Senhor Ex-Deputado Acyr José. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o nr. 1.356-71, do Senhor Paulo Vieira de Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, comunicando a aprovação por aquele Legislativo Municipal, de requerimento de autoria do referido Vereador, consubstanciado em voto de profundo pesar, quando do passamento do Senhor Ex-Deputado Olívio Belich. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 180/71, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bandeirantes, comunicando haver sido aprovado por aquela Câmara, pronunciamiento do Senhor Vereador Dr. Benedito B. de Oliveira, congratulando-se com esta Casa, pela outorga do Título de Cidadão Benemérito ao Senhor Doutor Arthur Ferreira Santos. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Circular sob o n.º 4852, do Senhor Secretário da Câmara Municipal de Recife, comunicando que foi consignado em Ata um voto de aplausos ao Deputado Federal Lauro Rodrigues, pela apresentação do Projeto de Lei, criando a "SEMANA DO LEGISLATIVO" — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 478, do Senhor Carlos Eduardo Sampaio Dória, comunicando haver sido eleito Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, bem como enviando os demais nomes dos membros componentes da nova Mesa daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Do Senhor Nabor Moraes da Silva Netto, comunicando haver assumido o cargo de Diretor Presidente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

— Sob o n.º 50/71, do Senhor Araújo de Lara Bello, Presidente da Câmara Municipal de Clevelandia, comunicando a aprovação de Proposição de sua autoria, consubstanciada em voto de congratulação ao Excelentíssimo Senhor Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, por sua investidura na Governança do Estado. — Ao conhecimento da Casa

— Sob o n.º 1736/71, do Senhor Francisco Gabo Lourenço Filho, Presidente do Conselho Administrativo do PEBE, prestando esclarecimentos a Requerimento do Senhor Deputado Antonio Belinati. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

— Sob o n.º 911, do Senhor Helio Mazzolli, Superintendente Regional da Receita Federal, prestando informações a Requerimento do Senhor Deputado Marciano Baraniuk. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado

— Sob o n.º 189/71, do Senhor Senador Cattete Pinheiro, Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, prestando esclarecimentos a Requerimento do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário,

R E Q U E R :

A inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Miceforo Trindade, ocorrido nesta Capital, sábado último. O extinto era progenitor do ex-Diretor Geral desta Casa de Leis, Dr. Flodoaldo Trindade.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada.

(a) — Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

1. As inúmeras dificuldades encontradas pelos produtores do Município de Cêro Azul para o escoamento de suas riquezas, tendo em vista o péssimo estado da estrada que liga a sede até a estrada da Ribeira;

2. Que, apesar do Município se constituir no maior produtor de laranjas do Estado e das excelentes condições de agricultura proporcionadas por suas férteis terras, o fato apontado no item 1 sempre se constituiu num verdadeiro entrave ao seu progresso;

3. Que, por outro lado, o problema poderia ser solucionado facilmente se o Estado oferecesse condições de tráfego permanente a traçado de estrada já existente, ligando Cêro Azul a Curitiba, via Rio Branco do Sul — fato já abordado nesta Casa pelo Deputado Paulo Poli — o que, além de diminuir sensivelmente a distância do Município ao centro consumidor, proporcionaria, indiscutivelmente, condições de desenvolvimento à sua comunidade.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, oficie-se aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., dando-lhes inteiro teor deste e solicitando as medidas necessárias e os estudos competentes para a realização do serviço acima especificado.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja indicada, por esta Presidência, uma comissão composta de três membros para, em nome do Poder Legislativo, representar a Casa nas festividades de encerramento da 9a. Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, a realizar-se no Município do mesmo nome.

A medida se justifica, Senhor Presidente, pelo fato da citada exposição ter âmbito internacional, e uma representação do nosso Legislativo em muito abrilhantaria as festividades, demonstrando que nós, os parlamentares do Paraná, não ficamos alheios à amostra da pujança de nosso Estado, que bem representado está, em seus produtos, naquela Feira.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.

(a) — Antônio Belinati

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 2/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedida anistia fiscal de multas, juros e majorações legais, lançados até 31 de dezembro de 1971, aos contribuintes em atraso do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Parágrafo único. A anistia de que trata este artigo abrange os débitos relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias, em discussão na esfera administrativa ou judiciária, ficando atribuídas as custas processuais ao contribuinte.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar o total do Imposto de Circulação de Mercadorias já vencido e não recolhido pelo contribuinte.

Art. 3.º — O Poder Executivo estabelecerá normas regulamentares da presente lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.

(a) — Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA — A presente iniciativa tem fundamento legal no art. 181, II — A), da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e objetiva proporcionar uma oportunidade realista ao contribuinte em débito com a Fazenda, no sentido de saldar suas obrigações fiscais.

Trata-se, como se vê, de uma modalidade de incentivo fiscal, instrumento alargamento utilizado hoje pela Administração Federal como o mais hábil para dirigir o desenvolvimento econômico do País.

Neste caso, os benefícios do incentivo são do próprio Estado, porquanto um considerável número de empresas, pequenas ou grandes, dificilmente poderia saldar os seus débitos, em detrimento da arrecadação.

Pelo seu aspecto indiscutivelmente oportuno e favorável ao interesse do Estado, o Projeto haverá de sensibilizar a unanimidade das representações partidárias nesta Casa e, por isso mesmo, obter a plena e geral aprovação.

Projeto de Lei n.º 3/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "DEPUTADO OLÍVIO BELICH", um dos Grupos Escolares da Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.

(a) — Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA

Tem o presente Plano de Lei o sentido de homenagear um dos mais ilustres homens públicos que por esta Casa passou.

Mercê uma atuação proba e edificante, o Deputado Olívio Belich, recen-

temente falecido, deixou uma atuação em prol da causa pública que enobreceria qualquer parlamentar.

Os municípios que neste Poder representava, Pôrto Amazonas (sua localidade natal), Palmeira, São João do Triunfo, sempre tiveram guardida nas suas reivindicações, pela brilhante atuação de seu par.

O nome de Olívio Belich, dificilmente será substituído entre os representantes do povo nesta Casa e, por este motivo, confiamos na aprovação de nossos Pares, no plano em tela.

Projeto de Lei n.º 4/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Marechal Cândido Rondon, o Distrito Judiciário de Entre Rios, com sede na localidade do mesmo nome, e divisas seguintes: — partindo do Rio Paraná, sentido Norte-Sul, pelo arroio Felicidade, até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma sentido Oeste-Leste até encontrar o Rio São Francisco, descendo pelo mesmo sentido Leste-Oeste até encontrar o Rio Paraná, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste, até a Barra do Arroio Felicidade.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.

(a) — Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente a nossa saudação aos companheiros desta Casa, ao se iniciar o Segundo Período Legislativo, em que temos o prazer e a satisfação, mais uma vez, de conviver com os companheiros eleitos pelos votos populares, vindos de todos os recantos de nosso Estado, colaborando com suas culturas, com suas inteligências, pelo progresso e para o desenvolvimento de nosso Estado.

Hoje pela manhã tomamos conhecimento — e VV. Exas. também já sabem da Mensagem que virá a esta Casa, encaminhando em forma de abono provisório, um aumento ao funcionalismo público Estadual, da ordem de 12%. Tenho absoluta certeza e convicção que todos os senhores Deputados que se identificam com todas as classes populares, de forma alguma podem e poderão afirmar que esse abono provisório viria de encontro aos reais interesses do funcionalismo e, ao mesmo tempo, que esse aumento seja efetivamente um aumento proporcional ao índice de elevação do custo de vida. Porém, vamos aguardar que este abono provisório, como bem diz o nome, seja brevemente corrigido pelo Poder Executivo e, desta forma, possa efetivamente o funcionalismo público Estadual receber um tratamento digno e à altura de sua importância no exercício de suas incumbências, à frente do cargo público.

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à Tribuna, o dever de uma comunicação à Casa e em especial à valorosa Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Em reunião levada a efeito pela manhã, os integrantes da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, por unanimidade dos senhores Deputados presentes, houveram por bem eleger como seu Líder, o Líder da Bancada da Arena nesta Casa, o Sr. Deputado João Mansur.

A decisão, como disse, tomada por unanimidade dos membros integrantes da Bancada do nosso Partido, veio confirmar não só a coesão existente entre a Bancada do nosso Partido mas, acima de tudo, serviu para mais uma vez confirmar o entrosamento perfeito entre os Senhores Deputados da Aliança Renovadora Nacional e o Chefe do Poder Executivo, que anteriormente havia designado como Líder do Governo nesta Casa, o Sr. Deputado João Mansur.

É a decisão que a Arena, pelos seus representantes, acaba de tomar na manhã de hoje e neste instante levamos ao conhecimento da opinião pública paranaense, para dizer que a ratificação do nome do Sr. Deputado João Mansur virá por certo fazer com que o diálogo entre as Bancadas da Arena e do MDB, que ocorreu na Primeira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, haverá de continuar durante a Segunda Sessão, são os votos que fazemos no sentido de que S. Exa. o Sr. Líder Deputado João Mansur, continue prestando seus conhecimentos à causa paranaense, defendendo os interesses do Poder Legislativo, postulando também pela solução dos problemas paranaenses colocados à consideração deste Plenário, no interesse da administração pública que tem à frente um homem de extraordinário valor, que é o Professor Pedro Viriato Parigot de Souza.

Era, Sr. Presidente, o que cabia a este Deputado informar à Casa e aos presentes.

Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer as manifestações do Deputado Ivo Tomazoni, e mais uma vez agradecer as manifestações de confiança dos nobres Pares que integram a Bancada da ARENA nesta Casa, quando ratificaram meu nome para a Liderança da ARENA no Poder Legislativo.

E, como disse na manhã de hoje, continuarei firme em meus princípios de atendimento a meus companheiros, procurando levar ao Governo do Estado as apreensões de todos nossos companheiros e trazendo do Interior do Paraná, através da sua representação, problemas de ordem administrativa e, porque não dizer, também política.

Procuramos, junto ao Governo do Estado e num entendimento alto, conciliar os interesses dos homens que representam o povo nesta Casa com os interesses do Governo, a fim de que o Paraná não sofra solução de continuidade nesta sua marcha de desenvolvimento que vem transpondo não só nossas fronteiras, como as fronteiras de nosso País.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado João Mansur, quero me congratular com V. Exa., em nome da Bancada de meu Partido e também com a Bancada da ARENA por ter escolhido V. Exa. para continuar em sua Liderança na Casa. Para nós que já temos a experiência de convívio com V. Exa. como Líder, a notícia se reveste de mais elevada importância, porque sabemos que com V. Exa.

é possível o diálogo e que este sempre se dará em termos altos e que os compromissos entre as Bancadas sempre serão cumpridos. Está de parabéns a ARENA — se me permite — ao ratificar V. Exa. em sua Liderança. V. Exa. está de parabéns, de parabéns a ARENA, de parabéns o Governo do Estado por ter em V. Exa. o seu representante na Assembléia.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, Líder da oposição nesta Casa, e reafirmo mais uma vez aquilo que disse ontem, que espero continuar mantendo o diálogo que mantivemos na Legislatura passada com os homens que integram a Oposição da Casa; aquele diálogo franco, aquele diálogo no alto sentido, para promover cada vez mais o Legislativo do Estado e propiciar condições para que o Governo possa continuar nesta obra de desenvolvimento do Estado. Meus agradecimentos ao MDB, através de seu Líder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Trago, nesta oportunidade, ao conhecimento desta Casa, o ofício capeando a Mensagem Governamental, ofício este dirigido a S. Exa. o Presidente Wilson Fortes, do Poder Legislativo do Paraná e que está redigido da seguinte forma: (Lendo):

"MENSAGEM 1/72

Curitiba, 3 de abril de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder abono provisório ao funcionalismo civil e militar do Estado, e a majoração de vencimentos aos Membros da Magistratura e Ministério Público, a partir da data que especifica.

Embora a mais recente elevação de vencimentos concedida ao funcionalismo não tenha ainda completado doze meses de vigência, o Governo do Estado, sensível às necessidades da classe, determinou fossem realizados estudos no sentido da atualização da retribuição do Servidor, atendendo aos índices de aumento do custo de vida e, obviamente, tendo por limite as disponibilidades financeiras.

Assim, o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa propondo melhoria inicial sob a forma de abono provisório, consubstancia o resultado do criterioso exame feito sobre a matéria, estando em perfeita consonância com a atual conjuntura financeira do Estado e em inteira harmonia com os preceitos constitucionais e legais específicos.

Deve ainda, ser ressaltado nesta oportunidade, que, com relação às despesas globais com pessoal, cabe à Administração Pública tomar, desde já, providências tendentes a permitir que o índice se mantenha em bases percentuais que ofereçam o necessário equilíbrio, conforme determinam os preceitos contidos nos artigos 64 da Carta Magna da Nação e 34 da Constituição do Estado.

Ademais, vale esclarecer que a medida ora proposta não poderá, pela forma em que está lançada, constituir-se obstáculo à implantação da paridade de vencimentos entre os funcionários dos três Poderes, pois, essa implantação continuará sendo devidamente estudada, para efetivar-se o mais brevemente possível, dependendo necessariamente do comportamento da receita pública.

Merece ainda destaque especial o fato de que o Governo do Estado vem acompanhando a implantação da nova política de pessoal no âmbito do Governo Federal e de outros Estados da União, no sentido da valorização e profissionalização da função pública, mediante a implantação de moderna e adequada sistemática de reavaliação de cargos e funções, cujos estudos preliminares na área da Administração Estadual, já estão sendo efetivados pelos órgãos competentes, estudos esses que poderão ensejar, em futuro próximo, uma nova e melhor situação para o servidor público do Estado do Paraná.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica concedido, a partir de 1.º de maio de 1972, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e ainda, aos integrantes da Polícia Militar do Estado, um abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos.

Art. 2.º. Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público são majorados em 12% (doze por cento) a partir de 1.º de maio de 1972.

Art. 3.º. O abono provisório e majoração de que trata esta lei, aplicam-se na mesma proporção e vigência, ao respectivo pessoal inativo e em disponibilidade.

Parágrafo único. Na aplicação do disposto neste artigo, será obedecido o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado, ou posto em disponibilidade.

Art. 4.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 5.º. Para a fiel execução do disposto nesta lei, o Chefe do Poder Executivo baixará decreto fazendo publicar as tabelas dela decorrentes.

Art. 6.º. Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

6

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós ouvimos, no início desta sessão, a manifestação do nobre Deputado Maurício Fruct. Manifestação essa que, acredito, seja de toda a Casa, dos integrantes da Oposição e dos integrantes da Aliança Renovadora Nacional. Porque todos nós conhecemos o drama do servidor público, desses anônimos construtores da grandeza de nossa Estado e de nossa Pátria. Sabemos das dificuldades porque passa o chefe de família com seus minguados vencimentos, para fazer face às despesas vultosas do orçamento diário de cada um de nós.

A Mensagem Governamental diz bem na sua exposição de motivos. O último aumento concedido pelo Governo do Estado aos servidores públicos, fora feito no ano passado, no mês de agosto. Entendiam os colaboradores do Governo que só nessa época o Sr. Governador do Estado seria necessariamente forçado a majorar os vencimentos do funcionalismo público do Paraná. Mas S. Exa., como de resto todos os Srs. Deputados que integram esta Casa de Leis, sensível a esse problema — e como ninguém desconhece, o Sr. Governador do Estado se encontra hospitalizado, submetido que foi a uma intervenção cirúrgica de que o Paraná teve conhecimento — lá mesmo no Hospital, está o Sr. Governador Parigot de Souza preocupado com a sorte do funcionalismo público. Ele também sabe, como todos nós sabemos, que esse

abono não vai resolver o problema do funcionalismo público do Paraná, mas é apenas um abono de emergência, que entrará em vigor a partir do mês de maio, sem prejuízo dos estudos que uma comissão especializada e designada pelo Sr. Governador do Estado vem procedendo, para que no mais breve espaço de tempo, seja concedido o aumento real ao funcionalismo público de nosso Estado.

De modo que concordamos com a manifestação do Deputado Maurício Fruct, mas queremos dizer ao ilustre Deputado que todos nós estamos preocupados com esse problema, e mais do que nós, os Deputados que representamos o povo nesta Casa, está o próprio Governador do Estado que, hospitalizado mesmo, acaba de assinar essa Mensagem, concedendo já esse abono de 12%.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. pode ter percebido, por ocasião do nosso pronunciamento, que nós afirmamos que realmente todos os Deputados nesta Casa estavam preocupados — e realmente há razão para isso — com relação aos vencimentos do funcionalismo estadual. Conforme frizamos na oportunidade, e V. Exa. anuiu ao nosso pronunciamento, de que dentro de pouco tempo o funcionalismo público de nosso Estado terá realmente as condições que merece, porque estudos dessa natureza estão sendo realizados pelo Poder Executivo. E isso que desejamos, e esperamos que essa notícia que V. Exa. traz à Tribuna neste momento, se concretize no menor espaço de tempo possível, para felicidade de todos os funcionários do Estado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do Deputado Maurício Fruct, e realmente nós estamos aqui trazendo a palavra do Governo do Estado, de que a Comissão continua seus estudos e de que esse abono de 12% jamais prejudicará o aumento que virá, tenho certeza, de encontro aos desejos e às necessidades do funcionalismo público, porque o Governador Parigot de Souza, também de origem humilde como todos sabem, é sensível a este problema.

Esta Casa e o povo do Paraná, de um modo geral, podem estar certos de que o Governador Parigot de Souza cumprirá com a palavra empenhada junto ao funcionalismo público do Estado.

Era o que tinha a transmitir aos Srs. Deputados na tarde de hoje. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segunda orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por uma circunstância alheia à minha vontade, mas, atendendo a um imperativo, por assim dizer, histórico para todos nós, vejo-me na contingência de, pela primeira vez na reabertura deste Período Legislativo, ocupar esta Tribuna para, através dela, traduzir uma manifestação de opinião do Partido a que tenho a honra de pertencer e representá-lo na qualidade de Presidente da Comissão Executiva do Diretório Regional.

Acredito que nenhum de nós ficou insensível às notícias que circularam por todo o País e continuam circulando nas últimas vinte e quatro horas de que S. Exa. o Sr. Presidente da República dirigiu ao Congresso Nacional uma Mensagem dizendo que "os Governadores e Vice-Governadores foram eleitos em 1970 nos termos do art. 189 da Constituição, pelas Assembléias Legislativas dos Estados do mesmo modo que se procedeu em 1966, prossegue a Mensagem, em cumprimento ao disposto no art. 1.º do Ato Institucional n.º 3. Nessas duas oportunidades transcorreu o pleito num ambiente de calma e ordem tendo-se manifestado a vontade popular através de sua representação nos corpos legislativos. E conclui S. Exa. a lacônica mensagem: "Julgo que no momento se deve manter a prática anterior, a fim de preservar o clima de tranquilidade, de confiança e de trabalho, indispensável à consolidação das nossas instituições sociais e políticas. Para esse fim, tenho a honra de encaminhar à alta consideração de V. Exas., nos termos do Artigo 47, inciso 2.º da Constituição, o incluso Projeto de Emenda Constitucional".

V. Exas. e o povo têm conhecimento do Projeto de Emenda Constitucional. A conclusão dessa Mensagem de 3 ou 4 períodos, apenas reflete bem a era em que nós estamos vivendo, indefinida para muitos, mas aqui expressada pela vontade não da Lei mas pela vontade do homem a que estamos sujeitos no regime atual. "Julgo que" é a expressão verdadeiramente ditatorial desta Mensagem. O Projeto estabelece, em seu Artigo 1.º: eleição para Governadores e Vice-Governadores em 1974, em sessão pública, mediante votação nominal, pelo sufrágio de um colégio eleitoral constituído pelas respectivas Assembléias Legislativas. O Colégio eleitoral reunir-se-á na sede da Assembléia Legislativa no dia 3 de outubro de 1974 e a eleição deverá processar-se nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do Artigo 75 da Constituição. O Parágrafo 3 tem endereço certo, embora em nosso entendimento quando diz que a regra do parágrafo anterior que é a de que vagando os cargos de Governadores e Vice-Governadores far-se-á a eleição pelo processo estabelecido neste Artigo, 30 dias depois de abertas as vagas e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores. A regra do parágrafo anterior aplica-se aos casos de vacância de Governadores e Vice-Governadores eleitos a 3 de outubro de 1970.

Aqui começa a ofensa frontal à Constituição vigente. Realmente o Artigo 13 da Constituição da República, em seu inciso 9.º, parágrafo 2.º, estabelece que a eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto. O Artigo 189 das disposições, do Ato das Disposições transitórias abriu uma exceção apenas para as eleições de 1970, e não poderia ser invocado nesta Mensagem porque é coisa superada. Já teve vigência; nem tem mais, porque as eleições de 1970 já se feriram.

Diz o Art. 1.º da Constituição: "O Brasil é uma República Federativa, constituída sob o regime representativo pela união absoluta dos Estados, Distrito Federal e Territórios, mas o Poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Vejam, Srs. Deputados, que a Mensagem Presidencial, conquanto aludisse ao clima de intranquilidade, face às eleições de 1974, não reflete em verdade a situação no País. Nenhuma intranquilidade pode sequer ser vislumbrada com respeito às esperadas eleições de 1974. O que seria por assim dizer, o retorno do País, em grande parte, à linha de uma democracia tradicional que representa em verdade, isto sim, os legítimos anseios do povo brasileiro.

Nós vivemos numa época em que o povo parece que constitui a última coisa que possa despertar interesse na Nação.

Já na Constituição de 1967, feita pelo Congresso Nacional, poluído pelas cassações arbitrárias, a mercê de pressões nunca vistas, nós chegamos à Constituição de 1969, que Pontes de Miranda qualifica de "híbrida", porque parte dela é elaboração do Congresso e outra parte da Junta Militar, que a impôs, que a promulgou ou melhor dizendo, dando-lhe vigência.

E neste clima de surpresas em que, muitas vezes, nem aquilo que se assina perante a Nação, parece ser cumprido, quer nos parecer que o destino da

democracia em nosso País é cada vez menos claro, é cada vez cercado por horizontes mais estreitos.

E essa tarde, nós ainda gostaríamos de acentuar que não estamos, como poderia ser lícito que se pensasse, na vida pública, ignorando aquilo que pudesse acontecer. Mas, muito ao contrário, se aceitamos concorrer a um cargo eletivo que corresponde a uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, quando sabíamos por antecedência, assim como na esfera federal, que as pressões existem e existem de forma também nunca vista anteriormente, deixando a luta política no restrito campo municipal onde, de qualquer forma, ainda existe mais democracia ou alguma democracia; nós o fizemos louvados, entretanto, na interpretação daquilo que se disse, daquilo que se firmou e daquilo que se assinou perante o povo brasileiro. E a título de exemplo, eu deixo ler o tópico inicial que justificou o Ato Institucional número 5 de 13 de dezembro de 1.968:

"Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1.964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam: dar ao País um regime que, atendendo às exigências de uma sítima jurídica e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra da reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar de modo direto e imediato os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e o prestígio internacional de nossa Pátria".

Que temos visto, entretanto, Senhores Deputados? Temos visto em nosso País, uma juventude e uma mocidade alheias à vida política, alheias aos destinos do nosso País. Porque a cada dia que passa, parece até que se torna um crime falar em Democracia no Brasil. E é justamente sobre o destino de nosso País que se fala, quando aqueles que hoje lutam e se batem pela manutenção e pela recuperação democrática do Brasil, muitos já estão caelejados numa luta quase inglória, para poder trazer à nossa juventude, à nossa mocidade, uma palavra de união em torno da verdadeira instituição democrática em nosso País.

Temos uma juventude amordaçada, esta é a verdade. Temos um povo manietado e, hoje mais do que nunca, quando se lhe tira o direito de escolher o seu Governador. E que será de nossa Pátria? Que será dos destinos de nossa Pátria? Quem será capaz de responder para onde caminhamos, quando uma propaganda jama vista incute na mente dos que possuem televisão uma pregação maciça de que o País caminha com seu povo pleno de felicidade, satisfeito em suas aspirações?

Mas, no entanto, se sairmos da classe que possui televisão, iremos encontrar a grande massa de povo brasileiro à margem dos destinos da Pátria, esquecida, sem hospitais, sem escolas, sem alguém que lhes possa dizer qual o seu direito porque nem direito de viver ele no momento possui ou acredita possuir.

Os Srs. Deputados não ignoram a vida da grande massa brasileira, porque estão em contacto permanente com este povo e nada podem fazer; esta é a verdade para arrancá-lo do caos econômico e financeiro em que se encontra. E todos nós assistimos, perplexos, o mesmo caos se alojar na vida das instituições democráticas de toda a Nação.

Em nome do MDB fica nossa opinião de que esta Emenda Constitucional constitui um atentado à Lei, um atentado ao Direito, um atentado à Justiça, um atentado à Ordem e à Democracia em nosso País. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados. Quero, inicialmente, endossar inteiramente as palavras do Deputado Muggiati Filho, Presidente do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná.

Quero, neste momento, expressar a perplexidade que senti, como homem público e que, certamente, em vagas que se sucedem até atingem o último habitante do território de nosso Estado e de nossa Nação; a perplexidade do povo ante a medida que se propõe ao Congresso Nacional suprimindo o que dispõe a Constituição: as eleições diretas em 1.974.

É a pergunta que me faço neste instante, "por que a existência do partido político?" Porque quando estávamos nos habituando a acreditar, quando estávamos nos habituando a confiar na palavra dos maiores, afirmadas a uma Nação inteira, através da imprensa, da televisão e de todos os meios de divulgação, acendia-se uma luz para a evolução do processo político brasileiro. E essa ténue chama hipnotizava a todos aqueles que amam a liberdade e creem no processo democrático pelo voto direto.

Eis o que nós mantinha, Srs. Deputados, com certa vitalidade, na defesa de postulados populares. A ténue luz bruxuleou e, certamente, será apagada por um ato de um Congresso que, mais uma vez, dará, pela sua desfiguração, uma demonstração de obediência.

Mas será, Srs. Deputados, que, neste País, todos os homens são obrigados a dizer "sim, senhor?" Nem todos, não. Alguns não de dizer "não" e saber porque dizem "não". Muitos sofrerão intimamente dada sua formação, o não poderem dizer "não". Nós compreendemos isso. São as injunções de ordem política que só mesmo os políticos compreendem.

Se farnemos esta manifestação, neste instante, é porque não podemos deixar de responder à pergunta que, certamente, fará o homem do Interior quando se deffrontar conosco: "qual a tua atitude, homem público que eu mandei para a Assembléia Legislativa do Paraná, para uma tribuna livre, para uma Casa de representação popular, qual foi a tua atitude diante de uma medida desta natureza?"

Jamais me sentiria à vontade, jamais poderei me esquivar do caboclo simples que sente no seu íntimo o que seja liberdade e que estava à espera do grande momento para se manifestar, escolhendo seu governador.

Ai dos Estados brasileiros com governadores indicados da cúpula para baixo. Ai dos Estados brasileiros! Porque estes governos são governos que jamais tentaram governar uma perspectiva do povo insensíveis aos interesses do povo, porque não viveram com o povo nos embates políticos, nas tribunas das praças públicas, andando pelas estradas grandes e pelas estradas pequenas, ouvindo os gemidos das camadas populares oprimidas por circunstâncias desfavoráveis no território do Estado, visitando uns e outros, ouvindo a voz do operário, do comerciante, do produtor, de todos enfim que compõem a comunidade estadual, esse Governador não terá compromissos, jamais, com esses homens, terá compromissos, isso sim, com uma cúpula que o sujeita,

nunca livre das injunções e complôs que facilmente o derrubarão e criarão crises cada vez mais aprofundadas na vida dos Estados brasileiros. Exemplo do que aconteceu no Paraná.

E é por isso que defendemos o ponto de vista, aqui tão bem exposto pelo Deputado Presidente do nosso Partido. Ah! Senhores Deputados! Não sejamos tão esquecidos. Há contradição violenta desse ato, com as palavras do Governo. Contradição que gera um trauma na vida dos homens, no espírito dos homens que têm algum ideal no seu coração, porque todos nós, embora fazendo oposição ao Presidente da República, o respeitávamos e acreditávamos em suas palavras, nas palavras do grande Chefe da Nação. Isso é da índole do brasileiro, aceitar a figura paternalista do grande Chefe da Nação. Afirmou ele quantas vezes que entregaria o País em plena normalidade democrática vigindo. E agora esse ato. Contradição seríssima, porque se diz, de um lado que o País está desenvolvendo, que o País está crescendo, que há normalidade em todo território nacional, que há tranquilidade em todo o território nacional, que o País é uma colmeia só de trabalho, harmonia e integração. Pois esse ato desintegra-o e fiesarmoniza-o politicamente em nosso entender. Pois o interromper de um curso normal, em represamen-to artificial.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Já concederei. Assim Srs. Deputados, o desenvolvimento no entendimento do governo, é um desenvolvimento unilateral, visto só pela cifra do crescimento econômico do grupo financeiro? Se essa for a visão, nós temos uma visão totalmente caolha, apenas um desenvolvimento setorial, um aspecto apenas da vida da nacionalidade. Porque nós do MDB, não entendemos desenvolvimento apenas pelo desenvolvimento da cifra econômica, mas entendemos desenvolvimento — e usa-se tanto essa palavra tão a gosto dos homens do governo, integração — desenvolvimento integral do processo econômico, do processo social, em que dele participem todos os homens que integram esta Nação, em que não haja privilégios tão acentuados, em que não haja desníveis não violentos que causam a revolta de 40% dos homens que vivem em estado de miserabilidade, e ainda dentro desse contexto de idéia, há necessidade do desenvolvimento político, porque do que adiantaria uma Nação desenvolvida economicamente, atingir a maturidade econômica e social, mas não atingir a maturidade política? De que adiantaria chegarmos a vitalidade que se apregoa no processo econômico e continuarmos infantis na estrutura política?

Que espécie de Nação seria esta perante os olhos do povo evoluído do mundo e sonhamos, com o Brasil à frente. Não entendemos que possamos chegar a esse processo através da supressão normal do processo político no interior do País. Sabemos que o povo tem errado. Quantas vezes o povo errou. Mas é o povo no seu conjunto, é como a ampliação da pessoa humana. Vejo a sociedade toda como uma ampliação da pessoa humana, e a sociedade só aprende a andar, como a criança, caindo e levantando, exercitando enfim seus músculos, suas pernas, seu senso de equilíbrio. Se tirarmos do povo a oportunidade de exercitar seus músculos, de exercitar seu senso de equilíbrio, é a pergunta que faço, quando chegaremos ao amadurecimento político? Quando? Será quando nós adultos, homens com senso de responsabilidade, de independência e amor à liberdade ficarmos ridículos recebendo recados de homens que detem o poder — hoje levantando para votar a favor de alguém que nem conhecem; amanhã levantando ou sentando para votar a favor deste e contra aquele; depois de amanhã votando contra aquele outro sem que haja participação efetiva.

Não podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sair desta Casa, que é um dos últimos redutos do povo, e irmos tranquilos ao nosso interior, sem registrarmos nossa opinião sem externarmos nosso ponto de vista.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. tocou, exatamente, num assunto de grande profundidade. Na verdade, nenhum Deputado poderá vir a esta Casa, aqui permanecer por quatro anos, daqui sair e chegar ao seu eleitorado, ao seu povo, aqueles homens que votaram em todos nós, sem dizer a mensagem que eles mandaram que aqui dissessemos.

V. Exa. traz a mensagem do povo que o escolheu e a prova vidente de que estamos em pleno regime democrático é, justamente, a presença de V. Exa. nessa Tribuna e a de tantos outros Deputados do Movimento Democrático Brasileiro que a têm usado para expor suas idéias, para dizer, realmente, o que pensam sem que tenham tolhido este direito de liberdade. O povo tem o direito de liberdade de escolher seus representantes, seus delegados que somos nós e portanto temos a obrigação de cumprir a missão que nos foi imposta por nosso eleitorado.

Parabéns a V. Exa., porém o Presidente Médici poderia usar da faculdade do Ato Institucional que está em pleno vigor. Mas S. Exa. preferiu os meios legais e enviou uma Mensagem ao Congresso Nacional para que se procedam eleições indiretas. Não vejo mal nenhum nas eleições indiretas, porque os eleitores paranaenses mandaram Deputados Estaduais e Federais para as Assembléias e Câmaras. Desta maneira estamos dando mais valor a esta Casa. Fala-se tanto em valorizar o Poder Legislativo, aqui está a oportunidade de valorizar o Poder Legislativo que é o porta-voz do povo brasileiro.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Esperava um aparte desta ordem. Se não viesse não sairia daqui satisfeito. É verdade, fala-se muito em valorização do Poder Legislativo, mas se o Presidente da República tivesse dúvidas quanto à aprovação de suas Mensagens S. Exa. não as enviaria; procede desta forma porque tem certeza absoluta da concordância da maioria dos Deputados com assento na Câmara Federal, tal o processo em que nos encontramos.

Tinha razão o deputado Muggiati Filho quando disse que cassações foram feitas intempestivamente. No Estado do Rio Grande atrasou-se a eleição da Assembléia por algumas horas para que um jato saísse de Brasília — uma vez que havia sido verificado que a oposição venceria — trazendo o ato que fôra baixado cassando o mandato de alguns Deputados do MDB para que a situação tivesse a tranquilidade necessária para dar a vitória que o Governo desejava.

Então, illustre Deputado, o que ocorre é exatamente isto, um grande abismo entre a concepção esposada pelos homens que detem o Governo e a concepção que nós esposamos. E há que haver uma diferença, do contrário estaríamos em um Partido só. Se todos estivessem de acordo com um método não haveria divisão de bancadas, não haveria divisão de Partidos e se estamos num Partido que prega as eleições diretas, que luta pelas eleições diretas, é porque entendemos que é esta a forma ideal. Respeito contudo o ponto de vista daqueles que entendem o processo indireto como ideal.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? O que eu tenho observado sempre que se discute eleições indiretas é o entendimento errôneo que se tem por eleições indiretas dos governadores de Estado. Na verdade o aparte do nobre Deputado Lopes Jr. se justificaria como valorização do Poder Legislativo se fosse de fato este Poder quem escolhesse, como aliás a lei estabelece, os Governadores de Estado e o Sr. Presidente da República. Mas não é. O Deputado Lopes Jr. deve nos prestar esta homena-

gem, a esta Casa e ao Plenário, a todos os que aqui se encontram e reconhecer que ele não escolheu ninguém. Já chega o nome aqui escolhido e para sorte de S. Exa. porque se assim não fosse S. Exa. seria o responsável pela escolha de Haroldo Leon Peres para governar o Paraná, mas não foi S. Exa. quem o escolheu. S. Exa. votou nele porque o nome veio mandado, porque o nome veio de cima, porque no Paraná ninguém conhecia Haroldo Leon Peres. Não existe eleições indiretas. Não sou contra o processo de escolha indireta em tese, de que a seleção dos nomes passasse pelos diretórios dos partidos, viessem como fruto da escolha livre dos homens que integram as convenções partidárias, viessem aos Plenários das Assembleias para ser afinal, em termos, em condições de liberdade, escolhido pelas Assembleias Legislativas. Na verdade veste-se com o véu das eleições indiretas, uma eleição que não é, que não existe. O que existe é a nomeação. O Governo precisa aparentar o Festival Nacional da Democracia. O que houve foi a busca de um Partido subserviente para se apresentar externamente como uma democracia. É preciso que digamos as coisas como de fato são. O Poder Legislativo não escolhe ninguém. O que existe na verdade é uma nomeação. Como admitir que o Poder Legislativo indique os Governadores se nem o Presidente do próprio Partido do Governo seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual, pode ser indicado pelos membros do diretório? Os nomes são escolhidos pelo Governo Federal e do Estado. Esta é uma grande mentira que se prega à Nação. Não existe eleições indiretas. O povo está cansado de saber que existe nomeação e quem fica mal com o povo? Tem que ser descoberta esta verdade. Não temos o direito de nos enganar a nós mesmos. É uma intervenção brutal em todos os Estados e manda a prudência que se cale.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Concedi o aparte ao nobre Deputado Ivo Tomazoni. Pego que me desculpe pois me distraí e não concedi da outra vez.

O SR. IVO TOMAZONI — Pedi o aparte a V. Exa., primeiro para afirmar que ouvimos no pronunciamento do Sr. Muggiati Filho e o de V. Exa. uma reafirmação de princípios defendidos e sempre com muita ênfase, com muita propriedade, pela Bancada do MDB, a defesa da eleição direta de todos os cargos eletivos. Sempre foi uma constante do Partido de V. Exa., todavia, ouvi quando o orador que antecedeu V. Exa. nesta Tribuna afirmava constituir uma ofensa frontal à Constituição vigente, a Mensagem que S. Exa. enviou ao Congresso Nacional, propondo a alteração de dispositivo constitucional, transformando as eleições de escolha de governadores de Estado pelo voto indireto do Colégio constituído pela Assembleia Legislativa. Até aí, Sr. Deputado, nada que o membro da ARENA possa até discordar do ponto de vista do MDB, nada que possa tolher ou denegrir as belas orações pronunciadas desta Tribuna nesta tarde pelos membros do MDB. Todavia, Sr. Deputado, quero crer que o MDB, quando criticou da maneira como o fez, o Governo da República no tocante aos desníveis sociais ainda existentes na nossa Pátria, afirmando que há uma casta privilegiada em prejuízo aos milhões de brasileiros. Devemos afirmar, a bem da verdade é uma obrigação do homem que milita no partido que apoia o Governo da Revolução, dizer que este desnível, desde que a Revolução se instalou no País, tem sido diminuído. E nós estamos, o Governo da Revolução está procurando o equilíbrio, que é o sonho de todos os brasileiros.

Quando se falou nos desassistidos, na falta de escolas, na falta de hospitais, na falta de tantos serviços e benefícios que devem ainda vir para assistir os menos favorecidos da sorte, nós temos que afirmar, a bem da verdade, Sr. Deputado, que o número dos desassistidos era bem maior antes do evento de 31 de março de 64. Este Governo tem grandes méritos, está hoje executando planos grandiosos para a integração nacional e que visam o desenvolvimento de regiões até então esquecidas. Está aí o Noroeste também a beneficiar grande parte da população paranaense, com a sua integração com Mato Grosso e desta, até a Amazônia. Não vamos falar nos grandes campos de integração, vamos falar das leis sociais que já foram promulgadas e que estão sendo postas agora em execução e que vão mostrar, pela primeira vez, os trabalhadores dos campos. Vamos acreditar neste Governo. Não vejo ofensa frontal à Constituição vigente, em se submeter a um Congresso de maioria esmagadora, é verdade, de homens da ARENA, uma Mensagem que propõe a alteração de um texto constitucional, se aprovado quero crer, será aprovada a Mensagem, teremos eleições indiretas com grandes prejuízos, é verdade, para o Partido de V. Exa., que não poderá dizer ao eleitorado nestas eleições municipais "passamos um grande número de Prefeituras com vistas às eleições de Governadores em 1.974". Mas nós que somos da ARENA, não queremos ser donos da verdade, e nunca pretendemos ser os donos da verdade, reconhecemos que o País ainda pode em qualquer época escolher grandes homens para governar as unidades federativas pelo processo indireto. Não é verdade que se nomeia...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Nós temos um exemplo magnífico no Paraná, nobre deputado, para dar ao Brasil.

O SR. IVO TOMAZONI — ... eu não volto atrás, eu olho para o futuro, querendo apenas afirmar, não contraditando o aparte do Sr. Deputado, líder do MDB, que nas eleições diretas também quem escolhe os candidatos que devam ser colocados ao crivo, ao voto, à apreciação popular, são as minorias, são as cúpulas partidárias que convocam convenções partidárias apenas para ratificar a escolha de meia dúzia de homens. Isso sempre foi assim no passado e será no futuro, quando nós tivermos instituído aqui o processo de eleições primárias, como os povos desenvolvidos democraticamente o têm; então sim, acreditamos nesta possibilidade da escolha mais democrática. Daí permitir-me invocar o nome de um velho correligionário do meu ex-Partido, Milton Campos, grande mineiro que apregoava esta forma de eleição direta, mas que fosse auscultada a base popular.

Deputado, desculpe se eu estou me alongando, não se surpreenda V. Exa., vou propor ao Líder da minha Bancada que nós da Arena subscritemos uma moção de aplausos a S. Exa. o Sr. Presidente da República, por ter enviado ao Congresso esta Mensagem; por não ter usado às faculdades que poderia ter usado, do Ato Institucional, número 5. Quero crer que nós estamos defendendo um ponto de vista que é nosso. E se a maioria assim o faz é porque esta maioria veio para esta Casa com o referendo da maioria do povo paranaense, por entender que aqui nós apoiariamos um Governo Revolucionário que está fazendo muito pelo desenvolvimento desta Nação grandiosa que se está mantendo ainda, graças a Deus, como um dos poucos povos deste Continente, numa tranquilidade que é de fazer inveja a muitos dos povos desenvolvidos.

Muito obrigado a V. Exa. pelo aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. Deputado Ivo Tomazoni.

Já estou concluindo e digo a V. Exa. e ao terminar, que se V. Exa. propuser esta moção, V. Exa. diz que proporá à Bancada da situação, isto não causará surpresa nem ao Presidente da República, nem ao Estado do Paraná, nem a nós, porque estamos habituados às moções de aplausos e às

moções sempre de aplausos. Então, não poderá causar surpresa a ninguém. Acho até que V. Exa. deve procurar um outro meio, porque este já foi tão vulgarizado que nada mais significa.

Desculpe, nobre Deputado a maneira como estou tratando o assunto mas penso realmente desta forma. Acho que o Paraná — e é um modo de ver — é talvez o único Estado da Federação que jamais poderia concordar com o processo político de eleições indiretas.

A experiência negativa está aí. Não vamos rememorar a vergonha que os Senhores passaram pelo homem que os Senhores elegeram. Elegeram, não. Aceitaram. A vergonha que ainda hoje os homens de bem — e eu ressalvo, que se os Senhores talvez tivessem a oportunidade de discordar, não teriam aprovado aquele nome e teriam, ao contrário, apontado nome de muito maior envergadura; nome de maior acervo de trabalhos, nome com muito maior capacidade de trabalho. Mas não tiveram sequer a oportunidade de dizer: — não aceitamos este e queremos aquele.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que V. Exa. dispõe de 1 minuto para concluir sua oração.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado.

Desculpe, mas sou forçado a dizer isto. Num momento, para lembrar apenas o exemplo triste acontecido no Estado do Paraná. Não quero tripudiar. Não tripudiamos.

O SR. IVO TOMAZONI — Nós temos exemplos tristes, pelas eleições indiretas.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Exato, mas o povo paga pelos seus erros. Mas, Senhores Deputados, ao concluir, concedo rapidamente o aparte, se me permite a Presidência, ao Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. conclua, para não perturbar a ordem dos trabalhos.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado pela atenção dos Senhores Deputados. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56.70, de autoria do Dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, Convênio com o Município de Ortigueira, para fins que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65.71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no Município do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., com Substitutivo. — **Aprovado pelo substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171.71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.) da cidade de Santa Mariana. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 258.71, de autoria do Dep. Nelson Buffara, acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212 de 9.8.71, o Parágrafo que especifica. Parecer favorável da C.C.J. (Em Regime de Urgência). — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167-70, de autoria do Dep. Abraão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45-71, de autoria do Dep. Acyr José, que transfere para o D.E.R., o trecho de rodovia municipal entre Mallet, Município de Mallet, e a Barra do Pitinga Município de S. Mateus do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Com Substitutivo. **Aprovado pelo substitutivo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 234.71, de autoria do Poder Executivo, Mensagens N.ºs 26 e 33.71, abrindo crédito especial de Cr\$ 162.991,90 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos), para o atendimento de despesas com os festejos comemorativos da "Semana da Pátria". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18.71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 78-71, que aprova o Decreto n.º 813, de 29.9.71, que abriu crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os Municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos por chuvas de granizo. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170-70, de autoria do Dep. Abraão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma ponte, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 170.70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma Ponte que ligará os dois Municípios, sobre o Rio Pirapó.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970.

a) Dep. Abrahão Miguel

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios beneficiados pelo presente plano de lei, não contam, no momento, com recursos suficientes para executar as obras da construção da ponte que irá ligar as duas cidades. Tal obra, por certo, trará àquela região grandes benefícios, além de proporcionar aos seus usuários, antes de tudo, o conforto e a facilidade para escoamento dos produtos agrícolas, genuínos.

Assim, sendo submetemos este plano à consideração de nossos ilustres Pa- res, esperando se lhe dê apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 170-70

AUTOR: — Dep. Abrahão Miguel

SÚMULA: — Autoriza o P.E. a celebrar Convênio.

PARECER

O projeto autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com a Pre- feituraz Municipais de Flórida e Atalaia, para construção de uma ponte sô- bre o Rio Pirapó.

Trata-se de simples autorização ao Poder Executivo.

Não há vulneração de preceito constitucional ou legal.

A C.C.J. é favorável ao projeto.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Emílio Carazzai — Arthur de Souza — Igo Losso — Cândido

Martins de Oliveira — Armando Queiroz

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

AUTOR: — Dep. Abrahão Miguel

SÚMULA: — "Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para construção de uma ponte sôbre o Rio Pirapó".

PARECER

1.) — O Projeto em referência foi examinado pela douda Comissão de Constituição e Justiça, na qual mereceu parecer favorável.

2.) — A finalidade do Projeto já indicado é colaborar com os Municípios de Flórida e Atalaia, para construir uma ponte sôbre o Rio Pirapó.

Tal obra, certamente, trará àquela região grandes benefícios, pois, pro- porcionará aos seus futuros usuários o conforto e a facilidade para o esco- amento dos produtos agrícolas.

3.) — Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de setembro de 1971.

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Borsari Netto

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 170.70

AUTOR: — Dep. Abrahão Miguel

SÚMULA: — Autoriza o P.E. a celebrar convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma ponte, na forma que especifica.

PARECER

Firmar convênio é da competência do Poder Executivo, isto posto, não encontramos nenhum impedimento financeiro, tendo em vista que a presen- te propositura trará benefícios aos Municípios referidos.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Santos Lima — Maurício Fruet

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 265.70, de autoria do Dep. Ga- briel Manoel, que isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias os co- merçiantes incapazes, fisicamente, de exercerem outras atividades lucrativas, na forma como especifica. Parecer contrário da C.C.J.. Em votação o parecer. Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 265.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Os comerciantes, incapazes fisicamente de exercerem outras atividades lucrativas, ficam isentos do pagamento do Imposto de Circula- ção de Mercadorias, desde que o valor de suas operações mercantis não ul- trapasse, anualmente, total equivalente a 24 (vinte e quatro) salários mínimos.

§ 1.º — A isenção deve anualmente ser requerida ao Secretário da Fazenda.

§ 2.º — A Secretaria da Fazenda poderá exigir qualquer documento con- siderado necessário à instrução do pedido de isenção.

Art. 2.º — A Secretaria da Fazenda regulamentará a concessão da isen- ção estabelecida nesta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo- gadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de ... de 1970.

a) Deputado Gabriel Manoel

JUSTIFICAÇÃO:

A medida consubstanciada neste plano de lei, pelo sentido humano de que se reveste e pelo seu alcance social, há de, certamente, merecer a apro- vação desta Casa. Estar-se-á, com ela, uma vez aprovada, amparando aque-

les que, incapazes fisicamente de exercerem outras atividades lucrativas, pro- curam se estabelecer, com pequeno capital, para lhes prmitir o necessário a sua subsistência e de seus familiares, evitando a mendicância.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

1) — Tratam os autos do projeto de lei isentando "os comerciantes fisi- camente incapazes de exercício de outra profissão lucrativa do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias", mediante condições que especifica.

2) — Isto pôsto, devemos considerar que:

a — O Instituto do ICM é regulado por Legislação Federal sendo deferido ao Estado apenas o direito restrito de conceder isenção de pagamento do mesmo aos gêneres de primeira necessidade e consumo obrigatório, como medida auxiliar de combate à alta de preços ou a título de estímulo ao pro- dutor, em condições específicas de crise financeira;

b — a concessão de isenção do ICM, deverá ser iniciativa do Executivo Estadual, porquanto atinge diretamente à arrecadação tendo influência ime- diata na execução orçamentária;

c — a concessão pretendida é discriminatória em favor de determinada classe, não militando em seu favor nenhuma atenuante do interesse social.

3) — Assim sendo, e pelo mais que dos autos consta, somos de parecer ser o presente projeto de lei ilegal e inconstitucional, S.M.J..

Sala das Comissões, em 13-10-1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai — Arthur de Souza — Cândido Martins de

Oliveira — Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Miceforo Trindade, progenitor do ex-Diretor Geral desta Casa de Leis, Dr. Flodoaldo Trindade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando seja indicada pela Presidência, uma comissão, com- posta de três membros para, em nome do Poder Legislativo, representar a Casa nas festividades de encerramento da 9.a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Governador do Es- tado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., no sentido da construção de estrada ligando Cêro Azul a Curitiba, via Rio Branco do Sul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando uma comissão composta de três Srs. Deputados para que, representando esse Poder Legislativo, participem do V.o Congresso Nacional do Café. Aprovado.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados Líderes que indiquem os seus representantes para as diversas Comissões Técnicas, no menor prazo possível.

Lembro aos Srs. Deputados que, amanhã, às 10,00 horas, haverá uma ex- planação da SANEPAR, com o Sr. Secretário de Obras, e convida todos os Srs. Deputados a comparecerem.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 167.70, 45.71, 234.71 e do Pro- jeto de Resolução n.º 18-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170-70.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 315.70, 9.71 e 211.71.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 107.72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.841, de 28 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Carmen Aparecida Fregoneze, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dia sde férias, referentes ao exer- cício de 1.970, a partir de 01 de abril de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 108-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.852, de 28 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar Inês Litza Leniowski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 109-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.215, de 02 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Aimoré Od Rocha, Antonio Carlos Dantas e Celso Araujo Junior, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Apreciação de Julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços n.º 3.72, de 29 de março de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral